

Acervo em	Recebidos em	Baixados em 2.020	Acervo atual
920	3.473	3.712	752

Por localização

Os processos em tramitação podem estar localizados no gabinete do Relator, nos gabinetes de outros Ministros, em outros setores ou mesmo fora do Tribunal.

Um processo é remetido ao gabinete de Ministro que não seja seu relator quando há pedido de vista; para revisão de ações penais e ações rescisórias; para redação do acórdão, se o Relator for vencido; e para deliberação sobre medida urgente nos períodos de recesso e férias e em casos de vacância, licença ou ausência do Relator, nos termos regimentais.

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	348
ÓRGÃOS EXTERNOS	18
SETORES INTERNOS	386
Soma:	752

Observação: os processos localizados nos setores internos aguardam providências cartorárias: publicação, intimação, decurso, despacho, traslado e baixa.

Processos de outros Relatores localizados no Gabinete	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	107

Produção

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

No curso do processo são proferidos, também, decisões interlocutórias e despachos.

As decisões interlocutórias resolvem questões incidentais (pedidos cautelares, de extensão, de intervenção de terceiros, etc.) ou determinam o sobrestamento da causa até que se realize determinada condição, como o julgamento de outro processo.

Os despachos, por fim, servem para dar impulso ao processo (ex.: pedido de informações a autoridades ou a outros juízos, encaminhamento à PGR para parecer, determinação de citação, intimação ou outras diligências) e não são recorríveis.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão em recurso interno	1	122	199	135	128	99	5	175	138	140
Decisão Final	79	380	462	292	231	354	265	290	388	392

	11	12	Soma:
Decisão em recurso interno	172	2	1.316
Decisão Final	307	30	3.470

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão Interlocutória	70	19	19	20	5	9	4	7	15	4
Decisão Liminar	1	1	20	19	3	3	4	2	3	3
Decisão Rep. Geral		1		3						
Soma:	151	523	700	469	367	465	278	474	544	539

Acervo atual

O acervo processual de cada Ministro é composto pelos processos que recebeu do Ministro cuja vaga ocupou - que se encontram em diversas fases de tramitação - e por feitos novos, distribuídos após sua posse.

No acervo há feitos pendentes de decisão final e processos que já tiveram decisão final mas aguardam apreciação de recurso (agravo regimental, embargos de declaração, embargos de divergência e embargos infringentes), de outro pedido incidental, liberação de decisão ou acórdão para publicação, decurso de prazo processual, realização de comunicações ou outras providências.

Acervo atual	Eletrônico	Físico	Soma:
Originária	469	13	482
Recursal	269	1	270
Soma:	738	14	752

Por classe

As classes processuais são divididas, no STF, entre recursais e originárias. São classes recursais o recurso extraordinário (RE), o recurso extraordinário com agravo (ARE) e o agravo de instrumento (AI). São classes originárias todas as demais, incluídos os recursos ordinários.

Classes recursais	Qtd.
AI	3
ARE	127
RE	140
Soma:	270

Controle concentrado	Qtd.
ADC	4
ADI	54
ADPF	20
Soma:	78

Classes criminais originárias	Qtd.
EP	1
Ext	5
HC	132
Inq	3
PPE	4
RC	1
RHC	34
Soma:	180

Demais originárias	Qtd.
AC	1
ACO	10
AO	1
AR	7
CC	1
MI	3
MS	33
Pet	17
Rcl	145
RMS	6

	11	12	Soma:
Decisão Interlocutória	10		182
Decisão Liminar	7		66
Decisão Rep. Geral			4
Soma:	496	32	5.038

Demais originárias	Qtd.
Soma:	224

Processos em tramitação por ano de autuação

Na tabela abaixo encontramos o acervo total de processos que se encontram em tramitação por ano de autuação. Um processo, quando aporta pela primeira vez no Tribunal, é objeto de registro denominado autuação. São autuados tanto os feitos ajuizados diretamente no STF e aqueles advindos de outros juízos e tribunais, na forma de recurso. No caso dos recursos, a data de autuação corresponde à data de seu recebimento pelo STF, independentemente da data de ajuizamento da ação principal.

Ano de Autuação	Originária	Recursal	Soma:
2.020	367	225	592
2.019	46	10	56
2.018	25	6	31
2.017	12	7	19
2.016	6	6	12
2.015	10	5	15
2.014	2	1	3
2.013	2	2	4
2.012	2	1	3
2.011	3	3	6
2.009	1	1	2
2.008	1		1
2.007		1	1
2.006	1	1	2
2.005	2		2
2.004	1		1
2.003	1		1
2.002		1	1

Soma:	482	270	752
--------------	------------	------------	------------

Indicadores do Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020

Tema: Prestação Jurisdicional

Indicador de Congestionamento – ICNG:

Mede a produtividade do Tribunal em relação à carga de trabalho total, que compreende não só os processos recebidos, mas também aqueles que tramitavam no início do período avaliado (acervo inicial).
Meta: manter o índice de congestionamento de processos em até 39% até 2020.

META ICNG 2.020: ≤ 39%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	29,04%	25,82%

Indicador de Trâmite Processual – ITPR:

Revela a média aritmética entre o tempo de tramitação dos processos em estoque e o tempo dos processos baixados no período de análise.
Meta: manter o tempo médio de tramitação em até 519 dias até 2020.

META ITPR 2.020: ≤ 519	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2020	312,86	185,54

Indicador de Processos Antigos - IPA:

Mede a relação entre o número de processos com mais de cinco anos de autuação e o acervo.
Meta: diminuir progressivamente o acervo de processos com mais de cinco anos de ingresso no Tribunal para, no máximo, 15% do total até 2020.
Meta 2018: 16,60% / Meta 2019: 15,80% / Meta 2020: 15,00%

META IPA 2.020: ≤ 15%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	11,28%	5,32%

Para detalhes sobre os indicadores, ver [Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020](#).

Observação:

O critério utilizado para o cálculo dos indicadores do Planejamento Estratégico considera a data de autuação dos processos, inclusive para aqueles que tiveram redistribuição ou substituição de relatoria.

Por situação

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

		Qtd.	Soma
Sem decisão final	Em instrução (sem decisão)	131	213
	Com alguma decisão (exceto decisão final)	82	
Com decisão final	Com recurso interno pendente	152	539
	Sem recurso interno pendente	387	
Total			752

Processos sem decisão final

Em regra, os feitos requerem instrução (reunião de documentos e informações complementares, manifestação do Procurador-Geral da República ou outras diligências) para que se tornem aptos para julgamento.

Em instrução (sem decisão)

Compreende processos que tiveram movimentação como pedido de informações, determinação de diligência, vista à PGR, agendamento para julgamento colegiado e suspensão do julgamento por pedido de vista.

Em mesa/pauta	1
Com pedido de vista	1
Recurso interno pendente*	2
*Ainda que os despachos sejam irrecorríveis, pode haver interposição de recurso interno, que deverá ser apreciado e submetido a julgamento.	
Demais situações	127

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	115
ÓRGÃOS EXTERNOS	10
SETORES INTERNOS	6
Soma:	131

Com alguma decisão (exceto decisão final)

Compreende processos que tiveram decisões interlocutórias, liminares, de sobrestamento e em recurso interno proferidas antes da decisão final.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	11
Com pedido de vista	12
Acórdão pendente de publicação	6
Recurso interno pendente	25
Demais situações	36

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	50
ÓRGÃOS EXTERNOS	6
SETORES INTERNOS	26
Soma:	82

Processos com decisão final

A decisão final não marca o fim da tramitação processual, que só ocorre com a baixa, momento em que se encerram todas as atividades – jurisdicionais e cartorárias – no processo.

Após a decisão final, são necessárias providências complementares, como a publicação da decisão ou acórdão, a expedição de comunicações e a contagem do prazo processual.

Se não houver recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo ao arquivo ou à origem.

Se, no entanto, for apresentado recurso interno ou outro pedido incidental, o processo será encaminhado ao Relator para apreciação.

Com recurso interno pendente

São recursos internos o agravo regimental, os embargos de declaração, os embargos infringentes e os embargos de divergência.

As partes podem interpor recurso de qualquer decisão e o Tribunal deverá apreciá-lo mesmo que se trate de decisão irrecorrível.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	109
Com pedido de vista	9
Acórdão pendente de publicação	1
Demais situações	34

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	138
SETORES INTERNOS	14
Soma:	152

Sem recurso interno pendente

São processos que aguardam a publicação de decisão ou acórdão, a realização de comunicações processuais, o decurso de prazo, o julgamento de outros incidentes ou outras providências.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	6
Com pedido de vista	
Acórdão pendente de publicação	94
Aguarda providências complementares	287

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES	45
ÓRGÃOS EXTERNOS	2
SETORES INTERNOS	340
Soma:	387

